



Comunicação Oral

FORMAÇÃO CONTINUADA E OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES DO PROJETO AJA-MS

Fabiana Aparecida Cáceres BORGES¹ (UEMS - Campo Grande/MS)
Kleiton Ramires Pires BEZERRA² (UEMS - Campo Grande/MS)

RESUMO:

Este artigo trata da formação continuada e das propostas de políticas de formação de professores que atuam no Projeto Avanço do Jovem na Aprendizagem em Mato Grosso do Sul - AJA-MS, uma política pública de correção de fluxo voltada aos estudantes de 15 a 17 anos que não concluíram o ensino fundamental. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, sendo que os procedimentos metodológicos incluíram a realização de entrevistas com uma coordenadora e uma professora que participaram das formações promovidas pela Secretaria de Estado de Educação – SED/MS nos 08 encontros garantidos na proposta do projeto. Como resultados, aponta-se a relevância dos temas abordados que contemplam o professor pesquisador, o jovem estudante contemporâneo e suas necessidades de aprendizagem, a organização da escola como espaço formativo emancipatório e o tempo de estudo amparado nos documentos oficiais que normatizam o respectivo projeto, cuja finalidade é propiciar condições para o desenvolvimento das formações propostas a equipe pedagógica que atua no Projeto AJA-MS. Porém, é necessário que os sistemas de ensino se organizem para atender as legislações vigentes no que tange as formações, construindo seus próprios modelos de políticas de formação continuada, em consonância com as suas realidades, preferencialmente, em parceria com as Instituições de Ensino Superior.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores. Educação de Jovens. Projeto AJA-MS.

¹ fabiborgesbio@gmail.com Mestranda do Programa de Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- Campo Grande - MS.

² kleitonramires@yahoo.com.br Mestrando do Programa de Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- Campo Grande - MS.



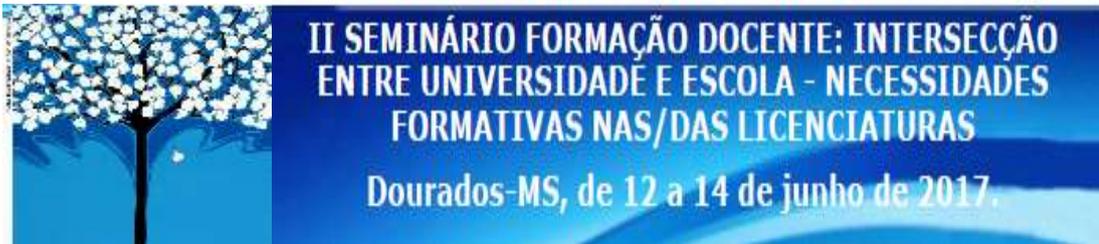
Introdução

Este artigo é parte dos resultados de uma pesquisa em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – *campus* Campo Grande, que investiga as contribuições da formação continuada específica para os profissionais que atuam no Projeto AJA-MS - Avanço do Jovem na Aprendizagem em Mato Grosso do Sul e sua relação com as práticas pedagógicas desenvolvidas em escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul que o ofertam.

O Projeto AJA-MS consiste em uma política de correção de fluxo para jovens de 15 a 17 anos que não concluíram o Ensino Fundamental e foi implementado em 37 escolas da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, organizado em blocos de aprendizagem, com duração de 192 dias letivos. Para efeito de agrupamento dos estudantes ensino fundamental anos iniciais em Bloco Inicial I e II e os anos finais em Bloco Intermediário e Final.

A proposta do Projeto AJA-MS, considerado correção de fluxo por propiciar a aceleração dos estudos, está amparada pelo artigo 4º da Lei 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, inciso IV, que versa sobre a garantia de acesso público e gratuito ao ensino fundamental e médio a todos os que não os concluíram na idade própria. Sua organização metodológica é baseada, segundo a Secretaria de Estado de Educação – SED/MS (2016a) ³, em uma proposta integradora, elaborada a partir da análise do perfil do jovem estudante contemporâneo e de suas necessidades de aprendizagem. A organização dos componentes curriculares nos blocos de aprendizagem contempla a Base Nacional Comum

³ Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/secretaria-de-educacao-seleciona-profissionais-para-atendimento-aos-estudantes-do-projeto-aja-ms/>. Acesso em 06 mar. 2017.



Curricular – 3ª versão (2017), na parte diversificada, na temática do Lazer, Desenvolvimento Social e Informática.

O Projeto seleciona uma equipe, formada por profissionais temporários⁴, para desenvolver as ações metodológicas previstas e compreender o comportamento juvenil. De acordo com o documento que traz orientações sobre o processo seletivo simplificado para atuação no Projeto AJA-MS, são requisitos para a contratação do professor, entre outros:

- Possuir comprovada experiência em docência na área de atuação por, no mínimo, 2 (dois) anos;
- Ter, preferencialmente, prática e conhecimento na educação de jovens adolescentes;
- Possuir prática no processo de alfabetização de jovens adolescentes, no caso de professor alfabetizador;
- Possuir domínio no uso das diferentes tecnologias da informação e comunicação, com utilização do sistema Windows e Linux; (SED/MS, 2016b, p. 2).

No mesmo documento, há a informação que “[...] a seleção dos candidatos será, por meio de entrevista, feita pela direção da unidade escolar e acompanhada pelos técnicos da Secretaria de Estado de Educação” (SED/MS, 2016b, p. 3). O processo inclui, ainda, o preenchimento de um questionário (SED/MS, 2016c), cujas perguntas são ilustrativas do perfil do profissional requisitado pela Secretaria para atuar no Projeto, conforme pode ser observado nos Quadros 1 e 2, que traz algumas das 39 questões que o candidato a coordenador ou docente precisa responder:

Quadro 1. Questões para a seleção de coordenador para o Projeto AJA-MS

Possui experiência em coordenação pedagógica ou de projetos de ensino? Faça um breve relato.
Como é a sua dinâmica de Trabalho em Equipe? Faça um breve relato.

⁴ Conforme informações da SED/MS (2016b, p. 3), “São impedidos de participar da seleção para o atendimento no Projeto Pedagógico do Curso AJA-MS Avanço do Jovem na Aprendizagem em Mato Grosso do Sul: [...] os servidores com vínculo efetivo na rede estadual de ensino”.



Como você lida com resoluções de Conflitos entre os sujeitos envolvidos no processo educacional?
Cite algumas estratégias que possam contribuir para a manutenção da disciplina, favorecendo a permanência do estudante:
Possui práticas e habilidades na elaboração e execução de Projetos?
Em relação a proposta de organizar e acompanhar momentos de estudos e reuniões, exemplifique a sua prática?
Você está aberto a receber orientações que visem à melhora do desenvolvimento do Projeto na Unidade Escolar?
Após conhecer as competências, pré-requisitos e exigências previstas em relação ao papel do coordenador, você se sente apto atuar no Projeto AJA-MS?

Fonte: SED/MS (2016c)

Organização: os autores.

Quadro 2. Questões para a seleção do professor para o Projeto AJA-MS

Você acredita que valores universais: ética, responsabilidade, respeito, direitos e deveres e os princípios estéticos: sensibilidade e diversidade são importantes de devem ser trabalhados no dia a dia da sala de aula? Dê exemplos práticos de como trabalhar os princípios em sala de aula.
Quando falamos em práticas pedagógicas, partimos do pressuposto de ações realizadas pelo professor na relação ensino – aluno – aprendizagem. Observando esse pressuposto, quais seriam suas práticas pedagógicas em uma Sala Multianual?
Quando você iniciou seu trabalho de professor o que você achou mais difícil na relação com os estudantes? E o que surpreendeu você de uma forma positiva?
Você teve ou tem dificuldades com a disciplina dos estudantes na sala de aula? Que tipo de dificuldades? Como você lida com isso?
Relate as regras de convivências mais importantes na sala de aula, e quem as estabelece.
Em geral, seus estudantes são interessados? Como você faz para lidar com estudantes desinteressados?
Em sua prática pedagógica você identifica seus estudantes pelo nome?
Como você faz para lidar com classes heterogêneas, isto é, com estantes que não estão no mesmo nível de conhecimento?
Você acredita que as diversidades culturais, étnicas, religiosas e de gênero necessitam ser consideradas nas situações de aprendizagem? E qual o olhar que você tem em relação a essas questões, na formação de um sujeito mais humano?
Você conhece outro modelo de ensino que, em sua opinião, funcionaria melhor do que o modelo atual? Qual?
Conhece o Projeto AJA-MS e o EJA? O que achou?
Já trabalhou com a metodologia da problematização? Sabe o que é? Se não conhece, está disposto a aprender?
Já trabalhou com adolescentes ou atuou na educação de jovens e adultos? Relate a sua experiência?
Trabalhou em Unidade Educacional de Internação- UNEI ou no Estabelecimento Penal? Onde? Quando? Quais disciplinas?
Qual o motivo de querer trabalhar no Projeto AJA-MS?
Tem disponibilidade para estudo fora do horário de trabalho?
Após conhecer as competências, pré-requisitos e exigências previstas em relação ao papel do professor, você se sente apto para atuar no Projeto AJA-MS? Por quê?

Fonte: SED/MS (2016c)



Organização: os autores.

Como pode ser observado pelo direcionamento das perguntas, o profissional requisitado pela SED/MS para atuar no Projeto AJA-MS precisa ter um perfil em que se destaquem algumas competências, tanto para os coordenadores de projeto e como para o professor: pesquisador, construtor de propostas pedagógicas com autoria, profissional, ético, responsável pelas ações de acompanhar, orientar o trabalho didático de cada professor na prática pedagógica e oferecer condições para que o mesmo se concretize, profissional criativo, mediador e articulador.

Diante desse contexto, a abordagem proposta no presente artigo direciona a discussão em duas linhas, que trazem um panorama geral das condições de trabalho e formação docente no Brasil e os desafios para serem superados com a implantação do Projeto AJA-MS.

1 Desafios para a construção de uma política de formação de professores no Brasil

No que se refere à formação de professores para a educação básica, em especial para projetos de correção de fluxo para jovens de 15 a 17 anos, são encontrados alguns desafios, ligados à ausência, em algumas regiões, de formações acadêmicas específicas para o trabalho com esse público alvo em seus cursos de licenciatura ou ações de formação continuada.

O que se percebe é a falta de investimentos do poder público na formação continuada, ou até mesmo inicial, para o docente, uma vez que ainda são encontrados, em algumas regiões do Brasil, professores que atuam sem possuir a formação acadêmica adequada para a área de conhecimento. Segundo Scheibe (2010, p. 4)



Com base no Censo Escolar de 2007, em estudo recentemente publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (Brasil/MEC/INEP, 2009), o Brasil contava então com 1.882.961 de professores vinculados à educação básica, dos quais 1.288.688 com nível superior completo (68,4% do total). Destes, pelo menos 10% não possuem curso de licenciatura e um número expressivo de professores, mesmo com licenciatura, não tem a formação compatível com a disciplina que lecionam. É nos anos finais do ensino fundamental, etapa de ensino na qual as matérias começam a ser dadas por professores de áreas específicas e no ensino médio que esta proporção é maior. Os números revelam também que a maior distorção está na área de Ciências Exatas, na qual os profissionais formados nos cursos de licenciatura do país são insuficientes para suprir a demanda. (SCHEIBE, 2010, p. 04.)

Devido a essa insuficiência de profissionais, nem sempre há professores habilitados para atuar em todas as áreas necessárias para a oferta de oportunidades reais de aprendizagem aos estudantes. Mesmo entre aqueles que concluíram uma licenciatura, há questionamentos importantes acerca da qualidade da formação inicial, no que se refere a fornecer subsídios para que o futuro professor tenha base teórica para desempenhar sua função a partir de práticas inovadoras.

Tanto os professores que atuam nos anos iniciais da primeira fase do ensino fundamental (1º ao 5º ano) como entre aqueles que lecionam disciplinas específicas do 6º ao 9º ano ou ensino médio, a relação entre a formação e a prática docente consiste em um desafio. Para Mello (2000, p. 99):

No caso do professor polivalente, a preparação se reduz a um conhecimento pedagógico abstrato porque é esvaziado do conteúdo a ser ensinado. No caso do especialista, o conhecimento do conteúdo não toma como referência sua relevância para o ensino de crianças e jovens, e as situações de aprendizagem que o futuro professor vive não propiciam a articulação desse conteúdo com a transposição didática; em ambos os casos, a "prática de ensino" também é abstrata, pois é desvinculada do processo de apropriação do conteúdo a ser ensinado. (MELLO, 2000, p. 99)





Os cursos de graduação são oferecidos em contextos institucionais distantes das necessidades da educação básica, o que não facilita a convivência entre pessoas e instituições que conhecem as dificuldades neste processo de formação acadêmica. Mello (2000), acerca das fragilidades na formação inicial, afirma:

Para cumprir a LDB na letra e no espírito, será necessário reverter essa situação. A lei manda que o professor de educação básica construa em seus alunos a capacidade de aprender e de relacionar a teoria à prática em cada disciplina do currículo; mas como poderá ele realizar essa proeza se é preparado num curso de formação docente no qual o conhecimento de um objeto de ensino, ou seja, o conteúdo, que corresponde à teoria, foi desvinculado da prática, que corresponde ao conhecimento da transposição didática ou do aprendizado desse objeto? (MELLO, 2000, p. 100).

Dessa forma, a inserção inicial de professores deve ter como princípio o referencial, as normas legais e recomendações pedagógicas que contemplam a educação básica. Independente do sistema de ensino ao qual ele será inserido seja, público ou privado.

Atualmente, os profissionais da Educação ainda enfrentam as dificuldades referentes a um plano de cargo e carreira, que contemple uma remuneração adequada, incentivo a progressão da formação continuada, condição de trabalho, recursos, como, materiais para enriquecimento pedagógico nas aulas, além desses fatores acrescenta que há a exposição a agressões e traumas emocionais, acarretando desprestígio à profissão. Para melhorar a qualidade da educação, é necessário que a classe de professores seja valorizada, inclusive financeiramente, com cumprimento do piso salarial, benefício adquirido por lei na promoção da equidade salarial. Segundo Scheibe:

Embora a legislação nacional (Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996) aponte para a





necessidade de garantir planos de carreira, piso salarial nacional para os profissionais da educação, estabelecimento de estatutos e planos de carreira do magistério público e obrigatoriedade de formação superior para todos os docentes, a Constituição reafirmou, paralelamente, a condição do país como uma República Federativa e o reconhecimento dos municípios, inclusive, como entes federativos. Tal fato colocou em destaque o princípio da descentralização e, com isso, o campo educacional e todas as ações que dizem respeito aos docentes da escolarização básica passam a depender, cada vez mais, da organização dos diversos entes federativos em regime de colaboração. (SCHEIBE, 2010, p. 6).

É imprescindível que invista no profissional da educação, pois o professor requer condições de trabalho, desde estrutura física, financeira, pedagógica, condições estas que possibilitem avanços no fazer pedagógico e transcenda as barreiras entre professor/aluno no processo da construção do conhecimento. Nesse sentido, a formação é essencial neste processo.

De acordo com Coelho (1996), a formação universitária transcende o profissionalizar-se, pois esta instituição tem por finalidade:

[...] desenvolver no indivíduo a capacidade de – em sua vida pessoal, em sociedade, no mundo do trabalho, em qualquer outra situação em que se encontre – entender e transformar o real, fazer a história, realizar a transcendente aspiração do homem para a liberdade, para a contemplação do verdadeiro, do belo, do justo. (COELHO, 1996, p. 35)

Para Carreira (1999, p. 29), a teoria e a prática implicam uma articulação no processo de formação, que envolvam o saber e a ação, que não se separam: “o conceito formação está ligado a uma lógica da prática, à produção [do sujeito que se forma] e deve ter em conta a identidade do formando, as suas representações sociais, afetivas e culturais”.

No próximo tópico, abordaremos as perspectivas de formação de professores na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul- REE-MS, especificamente em





relação ao Projeto AJA-MS, uma vez que a Secretaria de Estado de Educação – SED/MS não possui uma política de formação continuada, mas disponibiliza oito encontros técnicos garantidos em calendário escolar para promover a interlocução entre os conhecimentos teóricos sobre o público de 15 a 17 anos e os saberes práticos dos professores que atuam no Projeto.

2 Formação de Professores no contexto do Projeto AJA-MS

Ao desenvolver a pesquisa sobre formação de professores no Projeto Avanço do Jovem na Aprendizagem AJA-MS, foram considerados os dados bibliográficos, proposta base de formação da Secretaria de Estado de Educação e entrevista com dois profissionais envolvidos no Projeto. O objetivo foi compreender se a formação de professores materializada nessa política pública guarda algum diferencial em relação ao quadro geral que apresentamos no primeiro tópico.

Inicialmente, como já mencionado, cabe ressaltar que a SED/MS não possui uma política específica no que tange à formação de professores, porém desenvolve projetos de formação como o que apresentaremos nesse artigo. O questionamento que baseou essa investigação foi: os momentos de formação, ou seja, os 08 encontros, são suficientes para garantir a viabilidade da proposta do Projeto AJA-MS? As construções coletivas são colocadas efetivamente em prática pelo corpo docente em sua rotina diária na sala de aula, isto é, há indícios de modificação da prática?

O Projeto AJA-MS, aprovado pela Resolução /SED nº 2944, de 11 de março de 2015, prevê a garantia de 08 dias para Formação Continuada para serem desenvolvidas entre órgão central e escola. Ao promover a formação centrada na escola, segundo Perez-Gomez (1997, p. 42),

As escolas transformam-se assim em centros de desenvolvimento profissional do docente onde a prática converte-se no eixo de





contraste de princípios, hipóteses e teorias, no cenário adequado para a elaboração e experimentação do currículo, para o progresso da teoria relevante e para a transformação assumida da prática.

Para o ano de 2016, as formações continuadas contemplaram duas frentes: 08 encontros nas unidades escolares e complementação da proposta formativa desenvolvida por meio de Web conferências, durante o horário de planejamentos. Os principais temas abordados contemplaram as seguintes temáticas: Projeto AJA-MS e a Metodologia da Problematização; Jovem contemporâneo e a relação com o Professor; Identidade Profissional no Projeto AJA-MS; A cartografia social como prática diferenciada no AJA_MS; História e Identidades; Pesquisa enquanto princípio metodológico; Protagonismo Juvenil; Avaliação processos formativos; Desenvolvimento Intelectual pelo direcionamento da neurociência; Pedagogia da Presença; Protagonismo Juvenil; Elaboração de Projetos; Formação sobre alfabetização.

Essa proposta de formação continuada atendeu aproximadamente 460 profissionais que atuam no Projeto AJA-MS em 37 municípios, com a expectativa de que propiciassem modificações na prática docente que atendessem às especificidades educacionais dos 4 mil estudantes do projeto de correção de fluxo.

Sobre a proposta de formação, a Coordenadora escolar X⁵ do Projeto AJA_MS, ao ser entrevistada, narrou:

Os encontros pedagógicos do projeto AJA-MS foram de suma importância para que a equipe evoluísse na sua didática enriquecendo as ações multidisciplinares e com as discussões mudaram o olhar do profissional tradicional, que muitas vezes os preconceitos passavam despercebidos e com os momentos de troca de experiências auxiliaram na sua formação tanto na inovação das metodologias,

⁵ Os relatos apresentados nesse artigo possuem autorização, porém para garantir o anonimato deixou se a representação por letras do alfabeto. Optamos pela fonte em itálico para destacar as narrativas dos professores e diferenciá-las de outras citações.



quanto nos métodos avaliativos e na visão em relação a esse estudante em vulnerabilidade social. (Coordenadora escolar X do Projeto AJA-MS).

A proposta de formação continuada para os profissionais do Projeto AJA-MS, nas considerações da Coordenadora X, é pautada pelo diálogo. Segundo Pimenta (2005, p. 19), essa relação dialógica no processo formativo possibilita a valorização da:

[...] experiência e a reflexão na experiência, conforme Dewey, e o conhecimento tácito, conforme Luria e Polanyi, Schon propõe uma formação profissional baseada numa epistemologia da prática, ou seja, na valorização da prática profissional como momento de construção de conhecimento, através da reflexão, análise e problematização desta e o reconhecimento do conhecimento tácito, presente nas soluções que os profissionais encontram em ato. (PIMENTA,2005, p.19)

Atualmente, o contexto social e educacional vivenciado nas unidades escolares indica a necessidade de que os profissionais estejam constantemente estudando, pois, a escola precisa se configurar em espaço formativo de emancipação, em que o professor incentive o protagonismo juvenil e as suas práticas pedagógicas mediem o processo ensino e aprendizagem, pois, com o advento da tecnologia, os estudantes passam a ter acesso a inúmeras informações que podem se tornar vazias se não tiverem o tratamento adequado para a sua aprendizagem. Segundo Pimenta (2005, p. 39):

[...] Conhecer é mais do que obter as informações. Conhecer significa trabalhar as informações. Ou seja, analisar, organizar, identificar suas fontes, estabelecer as diferenças destas na produção da informação, contextualizar, relacionar as informações e a organização da sociedade, como são utilizadas para perpetuar a desigualdade social. Trabalhar as informações na perspectiva de transforma-las em





conhecimento é uma tarefa primordialmente da escola. (PIMENTA, 2005, p. 39)

Ao entrevistar a Professora Z, docente de uma escola que desenvolve o Projeto, questionamos qual o tema abordado nas formações havia colaborado diretamente no desenvolvimento da prática pedagógica. Para a professora, o tema mais relevante foi “a pedagogia da presença”:

“ao refletir sobre esse tema, parei e observei como havia preconceitos ocultos, no meu fazer pedagógico, pois lidar com jovens em vulnerabilidade social é muito complexo um dia querem estudar outro não, após a discussão do tema passei a compreender melhor os meus estudantes” (Professora Z).

A professora alude ao texto de Costa (2001), utilizado em um dos encontros formativos. Para esse autor,

A afetividade de um processo de ajuda mede-se pelas mudanças que ele foi capaz de desencadear no ajudado. E mudança no sentido positivo e construtivo significa crescimento. Crescimento físico, emocional, intelectual. Pela exploração, o educando descobre onde está. Pela compreensão, ele percebe onde quer chegar. A orientação do educador o ajuda a traçar o caminho entre esses dois pontos. Chega, então, o momento de agir, de dar passos concretos na direção da mudança. (COSTA, 2001 p. 138)

Assim, é possível observar a importância do diálogo da formação continuada relacionando os temas pertinentes às metodologias, aos comportamentos juvenis e ao impacto da subjetividade dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, para que a práxis vigente possa atender o professor e o estudante da contemporaneidade.

Considerações Finais





Considerando o tema abordado neste artigo, no que versa a política de formação de professores e a formação continuada, compreende-se a importância de se estabelecer uma política pública que garanta aos profissionais uma capacitação ampla que venha a agregar conhecimentos aos adquiridos na formação inicial, visando ao crescimento da profissionalização da carreira docente, mesmo que os sistemas de ensino ainda atuem com leigos, por falta de profissionais capacitados.

No que se refere ao atendimento de jovens em distorção idade/escolaridade que não concluíram o ensino fundamental, ressaltou-se o Projeto AJA-MS, implementado pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, que visa proporcionar aos estudantes uma proposta pedagógica que se aproxime do seu contexto de aprendizagem e social.

Para tanto, a formação continuada desse profissional deve ser constante, tendo em vista o perfil socioeconômico e familiar, entre outros, do estudante. Haja vista que a proposta de formação continuada encontra-se amparada pelo projeto, por meio de resolução, consideramos um avanço a garantia legal de 08 encontros formativos, além das propostas desenvolvidas nos horários de planejamento, os temas estão parcialmente em consonância com a proposta pedagógica do Projeto AJA-MS, contemplando o contexto histórico do desenvolvimento educacional dos estudantes e suas relações subjetivas.

Visa-se por meio das formações incentivar o profissional a ser pesquisador e construtor de propostas pedagógicas com autoria, ético, criativo, mediador, articulador e que ofereça subsídios aos estudantes para desenvolverem suas próprias potencialidades. Leva-se em conta o processo de interação, tendo o professor como mediador do conhecimento, construindo seu ensino a partir da realidade do educando ao permitir que o mesmo indique os caminhos que o incentive e estimule o seu aprendizado.





A escola como espaço formativo e de reflexão favorece a construção de propostas pedagógicas que contemplam a interdisciplinaridade provocando nos docentes a necessidade de planejarem suas ações juntos de forma articulada com as suas múltiplas conexões com o processo global, sem desprezar a subjetividade do educando e as necessidades práticas de sua vida cotidiana.

Sendo assim, as reflexões acerca da política de formação continuada e a formação continuada no Projeto AJA_MS demonstra a importância desse tempo para os professores e dos temas a serem abordados, além de nos provocar acerca das garantias referente ao espaço e tempo pedagógico para as mesmas serem desenvolvidas.

Por meio dessa pesquisa, é possível observar o impacto positivo referente à reserva de tempo de estudo, porém, é necessário que os sistemas de ensino se organizem para atender as legislações vigentes no que tange as formações, construindo seus próprios modelos de políticas de formação continuada, em consonância com as suas realidades, preferencialmente em parceria com as Instituições de Ensino Superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

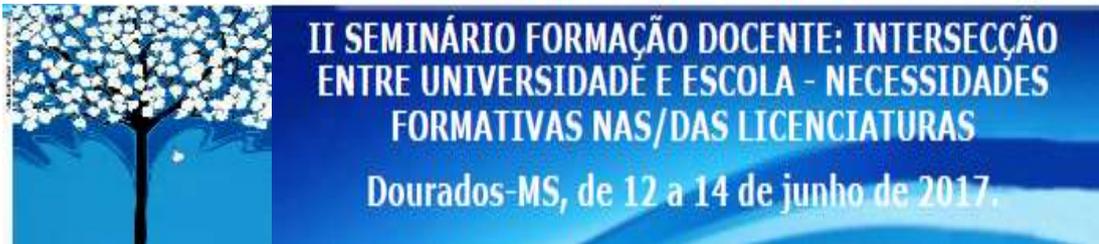
BRASIL. **Base nacional comum curricular**. Versão final. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/0_BNCC-Final_Apresentacao.pdf. Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.

COSTA, A. C. G. **Pedagogia da presença**: da solidão ao encontro. Belo Horizonte: Modlus Faciendi, 2001.

COELHO, I. M. Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade. In: BICUDO, M. A. V.; SILVA JUNIOR, C.A. **Formação do educador**. São Paulo: UNESP, 1996. p. 17-43.





MATO GROSSO DO SUL. Resolução /SED n.2944, de 11 de março de 2015. Aprova o Projeto AJA-MS. **Diário Oficial**, Campo Grande, 2015.

MELLO, G. N. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 98-110, mar. 2000.

PIMENTA, S. G. Professor–Pesquisador: mitos e possibilidades. **Contrapontos**, Itajaí, v. 5, n. 1, p. 9-22, jan./abr. 2005.

PEREZ GOMEZ, A. I. Qualidade do ensino e desenvolvimento profissional do docente como intelectual reflexivo. **Motriz**, São Paulo, v.3, n. 1, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SED/MS). **Secretaria de Educação seleciona profissionais para atendimento aos estudantes do Projeto AJA-MS**. 2016a. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/secretaria-de-educacao-seleciona-profissionais-para-atendimento-aos-estudantes-do-projeto-aja-ms/>. Acesso em 06 mar. 2017.

_____. **Edital de Processo Seletivo Simplificado a profissionais habilitados para o atendimento ao Projeto AJA-MS**. Campo Grande: SED/MS, 2016b. Disponível em: http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/67/2016/02/anexo_1Processo-seletivo-simplificado-p-o-AJA.pdf. Acesso em 06 mar. 2017.

_____. **Questionário ao cargo de Professor (a) e Coordenador(a)**. 2016. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/educacao-abre-inscricoes-para-cadastro-de-reserva-de-profissionais-habilitados-para-o-projeto-aja-ms/>. Acesso em 06 mar. 2017.

SCHEIBE, L. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jul.-set. 2010.